

O MATERIALISMO DIALÉTICO

José Antonio Vasconcelos

A Revolução Industrial trouxe mudanças profundas na sociedade europeia do século XIX, acentuando a exploração do trabalho assalariado e configurando duas classes sociais antagônicas: de um lado os capitalistas, detentores de capital, isto é, dinheiro ou bens como máquinas, equipamentos etc., e do outro os trabalhadores assalariados, também chamados de proletários. Estes, destituídos de capital, viam-se na condição de ter de vender sua força de trabalho em troca de salários para garantir sua subsistência.

Ao longo da primeira metade do século XIX, surgiram diversas teorias propondo soluções para o problema da desigualdade social gritante que havia se estabelecido a partir do processo de industrialização. Muitas delas apresentavam alternativas não-violentas na transição para uma sociedade mais justa. Outras, pelo contrário, enfatizavam a necessidade da violência, mas não levavam em conta as condições concretas para a instauração de uma ordem social harmônica após um levante revolucionário.

Para os pensadores alemães do século XIX Karl Marx e Friedrich Engels, tais concepções não passavam de utopias. As primeiras porque acreditavam ingenuamente que as classes mais ricas, mesmo não tendo nada a ganhar com isso, tomariam a iniciativa da transformação social. Segundo Marx e Engels, é somente por meio da luta de classes que as contradições do modo de produção capitalista poderiam ser superadas. Além disso, seriam utópicas também aquelas concepções que, mesmo admitindo a violência, acreditavam que a revolução poderia acontecer assim, sem mais nem menos, de uma hora para outra. Para Marx e Engels, seria necessário que as forças produtivas do sistema capitalista estivessem no auge de seu desenvolvimento para que então, e só então, as contradições sociais levassem a um fenômeno histórico mundial, uma revolução proletária a partir da qual se abriria a possibilidade de uma sociedade sem classes. O sistema filosófico desenvolvido por esses dois autores ficou conhecido como “Materialismo Dialético”.

1. A ideologia

O materialismo dialético ganha importância para a teoria do conhecimento a partir do desenvolvimento do conceito de ideologia. A palavra “ideologia”, na verdade, tem interpretações diversas e que variam não só de um autor para outro, como também de uma obra a outra dos próprios Marx e Engels. Contudo, ainda assim é possível discernir, nessa miríade de interpretações, dois significados gerais. O primeiro, que assume uma conotação negativa, poderia ser identificado com uma “falsa consciência”, isto é, uma visão distorcida da realidade com o objetivo de justificar uma relação de poder. Nesse sentido, entende-se a ideologia como um obstáculo que nos impede de ver a realidade e que, portanto, pode e deve ser suprimido. O segundo significado, que assume uma conotação positiva, pode ser traduzido como “visão de mundo”. Nesse sentido, a ideologia não é algo que pode ser descartado, mas sim uma condição indispensável para que nossa consciência possa dar conta da realidade a ser conhecida. Começemos pelo primeiro significado, que é o mais comumente identificado com a teoria marxista.

Em 1848, Marx e Engels escreveram um livro que acabou não sendo publicado na época e ao qual deram o título de *A ideologia alemã*. O texto começa com uma pequena história que narra o empenho de um bravo homem que se esforçava para convencer as pessoas para que tirassem da mente a ideia de gravidade. De acordo com esse bravo homem, a gravidade é o que faz as pessoas, ao nadarem, serem puxadas para o fundo do lago ou rio, acabando por morrer afogadas. Se as pessoas parassem de pensar na gravidade, esta deixaria de existir e de produzir seus efeitos nefastos. Ao que se segue a conclusão: “esse bravo homem era o protótipo dos novos revolucionários alemães”.

A anedota é na verdade uma metáfora extremamente perspicaz para representar o tipo de pensamento filosófico que se desenvolvia na Alemanha na época. Os filósofos idealistas acreditavam que o mundo, isto é, tudo aquilo que pode ser objeto de conhecimento, se dá como produção da consciência. Em outras palavras, o mundo só existe em função de um sujeito que o pensa e, ao pensar o mundo, lhe dá existência. Os filósofos idealistas, para Marx e Engels, eram pensadores brilhantes que desenvolviam sistemas extremamente complexos para chegar a conclusões completamente absurdas. O mais representativo desses filósofos era Hegel, um filósofo alemão muito influente na época, cuja frase “todo racional é real e todo real é racional” sintetiza o espírito de seu sistema.

Hegel, na verdade, parte de uma apreciação bastante perspicaz do criticismo kantiano no desenvolvimento de seu sistema filosófico. Kant afirmara, na *Crítica da*

razão pura, que antes de confiar no conhecimento humano é preciso investigar as condições transcendentais que tornam – ou não – legítimo esse conhecimento. Mas, segundo Hegel, a tentativa kantiana fracassara de antemão, pois a própria crítica ao conhecimento já se coloca como uma forma de conhecimento, ou seja, aquilo mesmo que se pretende criticar. Além disso, Kant havia postulado a necessidade da coisa em si como causa do conhecimento. Porém, também nesse aspecto, Kant entra em contradição, pois, de acordo com o sistema que ele desenvolve, algo que seja “causa” não pode ser transcendente ao sujeito cognoscente, uma vez que a própria relação causalidade-dependência se coloca como categoria, isto é, como *a priori* no conhecimento.

Para resolver todos esses problemas, Hegel, seguindo na esteira de outros idealistas alemães da primeira metade do século XIX, como Fichte e Schelling, simplesmente elimina a necessidade da coisa em si e postula a identidade entre pensamento e realidade, colocando esta na dependência daquele. E é justamente contra esse postulado que se ergue a crítica do materialismo dialético ao idealismo alemão.

Não devemos pensar, contudo, que a abordagem do materialismo dialético desacreditasse por completo a filosofia hegeliana. Pelo contrário, uma das principais características do pensamento de Marx e Engels era a de aproveitar aquilo que achavam importante nos autores que criticavam. Da economia política inglesa, por exemplo, que possuía um caráter marcadamente liberal, Marx e Engels importaram o conceito de valor econômico associado ao trabalho, conferindo-lhe um *status* revolucionário. Do socialismo utópico francês, eles incorporaram a crítica à sociedade burguesa, embora não aceitassem sua alternativa pacifista para a superação dos problemas sociais.

No caso da filosofia de Hegel, Marx e Engels incorporaram o conceito de **dialética**, mas invertendo por completo as premissas do idealismo hegeliano: não é mais o pensamento que cria a realidade, mas são as condições materiais de uma dada sociedade que servem de substrato para a formação de determinadas formas de consciência. A realidade social, nessa perspectiva, é essencialmente marcada pelo conflito de classes: patrícios *versus* escravos, senhores *versus* servos e capitalistas *versus* trabalhadores assalariados (também chamados de “proletários”, na terminologia marxista). Um conjunto de conhecimentos, crenças, valores, hábitos etc., formando o que poderíamos chamar de uma “visão de mundo”, é produzida pela classe dominante e assumida pela classe dominada, redundando na permanência do sistema de dominação. Esse fenômeno, pelo qual a classe dominada assume a ideologia da classe dominante, é chamado de **alienação**.

2. Materialismo dialético e História

materialismo dialético é importante para a História em dois sentidos: em primeiro lugar porque nos fornece uma nova chave para discernir o “que conta” ou não como conhecimento histórico; em segundo lugar essa teoria nos fornece uma nova maneira de interpretar o desenrolar do processo histórico.

Para Marx e Engels, um dos grandes problemas da História é que ela frequentemente se ocupa de narrativas de fatos irrelevantes, deixando de lado uma consideração séria sobre as condições materiais de existência das sociedades do passado. Na ótica do materialismo dialético o que verdadeiramente importa é a base econômica, que é caracterizada pelas **relações de produção** (relação entre capitalistas e proletários, por exemplo) e pelas **forças produtivas** (terras, máquinas, tecnologia etc.). As instituições sociais, tais como a política, a Igreja, a família, a escola etc. – que constituem a **superestrutura** –, são determinadas pela base econômica, de modo que quando esta se modifica, todo o resto se modifica também. Sendo assim, o grande problema da historiografia tradicional é o de ocupar-se primordialmente com as questões políticas, esquecendo-se do mais importante: a estrutura econômica que torna possível determinada configuração política. Numa frase de efeito, ainda que um tanto contestável, Marx afirmou que se Napoleão não tivesse existido a História não teria sido muito diferente. Em outras palavras, o que conta para a História é a economia, não a política.

Mas de que modo a relação entre base (primordial) e superestrutura (secundária) pode ser aplicada a nosso entendimento acerca do processo histórico? Muito simples: as relações de produção, que caracterizam cada estágio do desenvolvimento das forças produtivas, não são estáveis, mas configuram uma oposição dialética. Patrícios e escravos no mundo antigo, por exemplo, se relacionavam entre si de forma tensa, pois quem trabalhava de fato e garantia a subsistência material da sociedade eram os escravos, paradoxalmente excluídos das esferas de poder, reservadas exclusivamente aos patrícios. Da luta de classes entre patrícios e escravos emerge uma nova configuração social, o feudalismo, desta vez marcada por uma nova oposição, entre senhores e servos. A superação do confronto entre senhores e servos levou a uma nova configuração social, o capitalismo, desta vez marcada pelo conflito entre capitalistas (detentores de capital) e os trabalhadores assalariados (também chamados de *proletários*).

A História, na perspectiva do materialismo dialético, é entendida, portanto, como sendo a História da luta de classes. Após a morte de Marx e, mais tarde, de Engels, o

legado teórico do materialismo dialético serviu de inspiração para a Revolução Russa. A vitória do partido bolchevique instaurou o primeiro Estado fundado com base na teoria marxista e, com isso, o Partido Comunista Soviético tornou-se detentor da interpretação “oficial” dos escritos de Marx e Engels. De acordo com essa versão, a economia determina a cultura e a política, mas não vice-versa. Com isso, a historiografia marxista ficou limitada ao estudo dos aspectos econômicos das sociedades do passado, e os aspectos culturais ou políticos eram interpretados como resultantes necessários da estrutura econômica vigente em determinada época. Porém, após os acontecimentos de 1954, como a denúncia dos crimes do regime stalinista por Krushov, e a invasão da Hungria, muitos intelectuais marxistas romperam com o alinhamento soviético e inauguraram um movimento difuso, mas imensamente rico, que ficou conhecido como *Nova Esquerda*.

Historiadores da chamada *Nova Esquerda*, como Edward P. Thompson, Christopher Hill e Gareth Stedman Jones representaram uma abertura significativa do materialismo histórico a outras perspectivas, sinalizando uma maior sensibilidade em relação à cultura. Num texto intitulado *Economia moral da multidão*, por exemplo, Thompson demonstrou que as insurreições camponesas no século XVIII não podiam ser reduzidas ao meramente material, como se as revoltas se dessem unicamente em função da falta de alimento. Para Thompson, as insurreições só podiam ser adequadamente interpretadas se levássemos em conta os aspectos culturais dessas populações camponesas, notadamente uma **economia moral** em contraposição à economia de mercado à qual hoje estamos tão habituados. Esta virada cultural nos estudos marxistas encontra afinidades com a renovação dos estudos historiográficos representada pela escola dos Annales, especialmente com relação à preocupação com o resgate do cotidiano das pessoas do passado.

3. Materialismo dialético e positivismo

Até este momento, a abordagem do materialismo dialético acerca do conhecimento não se coloca de modo radicalmente diferente da abordagem do positivismo. Até certo ponto ambos, materialismo dialético e positivismo, afirmam que há uma realidade exterior ao sujeito, que pode e deve ser conhecida, desde que estejamos dispostos a estudá-la a partir de um método apropriado (empírico para o positivismo e dialético para o marxismo). Além disso, ambos ainda partem do pressuposto de que o único conhecimento válido é o da ciência, ainda que a compreensão de cientificidade da abordagem positivista não seja a mesma do

materialismo dialético. Para Comte, por exemplo, a ciência se contrapõe à religião e à metafísica, ao passo que em Marx e Engels a ciência é o oposto da utopia. Mesmo assim, não podemos nos furtar ao fato de que tanto uma como outra abordagem utilizam metáforas de verticalidade: por sob uma camada de aparências que nos induzem ao erro, há uma realidade primordial, um conhecimento verdadeiro, acessível àqueles que têm o domínio do conhecimento científico. Por fim, ambos, positivismo e materialismo dialético, fundamentam suas respectivas compreensões de cientificidade numa filosofia da História (a História como a sucessão de estágios – religioso, metafísico e científico –, para Comte, e como sucessão de modos de produção – asiático, antigo, feudal e burguês moderno –, para Marx e Engels).

Mas será mesmo que o materialismo dialético é somente uma versão ligeiramente modificada da epistemologia positivista? Afinal, as divergências se dão mais no âmbito do **propósito** do conhecimento do que propriamente do **modo** como esse conhecimento é adquirido. Entretanto, devemos lembrar que a ambiguidade do conceito de ideologia, longe de constituir um fator negativo na concepção marxista, ao contrário, permite ultrapassar a estreita armação positivista na qual inicialmente o caracterizamos.

Conforme vimos anteriormente, o termo *ideologia* reveste-se, às vezes, de um sentido positivo: assim como podemos falar de uma ideologia burguesa, podemos também falar de uma ideologia proletária. Desse modo, a tarefa do crítico marxista não seria exatamente a de desmascarar a ideologia dominante de modo a fazer resplandecer a verdade da realidade social, mas a de substituir uma “visão de mundo” burguesa por uma “visão de mundo” proletária. Assim entendido, o conceito de ideologia pressupõe que não há necessariamente uma verdade inequívoca a ser descoberta, mas um sentido a ser construído a partir de uma perspectiva de classe em particular. Com isso, o materialismo dialético não abandona o posicionamento realista no qual a princípio o situamos – afinal é esta realidade, concreta, material, que se supõe dever ser transformada –, mas garante uma abertura maior na compreensão de como se dá o processo do conhecimento.

4. Síntese

O materialismo dialético é uma corrente filosófica baseada nas ideias de dois pensadores alemães do século XIX - Karl Marx e Friedrich Engels. Esses pensadores se caracterizavam como socialistas, ao buscarem soluções aos problemas sociais trazidos pelo desenvolvimento da sociedade industrial. Contudo, diferentemente dos

socialistas utópicos, Marx e Engels insistiam que a superação do sistema capitalista e das desigualdades sociais dele decorrentes só se efetuará a partir da luta de classes.

De um ponto de vista epistemológico, o conceito mais importante do materialismo dialético é o de **ideologia**. Trata-se, porém, de um termo ambíguo, pois tanto pode significar uma “falsa consciência”, isto é, uma visão distorcida da realidade, quanto uma “visão de mundo” que, caracterizando uma classe social em particular, não se coloca necessariamente em termos de falso ou verdadeiro. A ideologia nos escritos de Marx e Engels se coloca como uma crítica à filosofia idealista alemã, principalmente aos escritos de Hegel.

O materialismo dialético é importante para a História porque apresenta as condições materiais, a estrutura econômica da sociedade como determinante de todos os aspectos da vida social. Desse modo, a pesquisa histórica deveria ter em vista fundamentalmente as questões econômicas, deixando em segundo plano os aspectos superestruturais, como a questão do Estado ou da Igreja. Os estudos historiográficos de cunho marxista sofreram uma forte influência do marxismo soviético, e após 1954 podemos observar a emergência de uma renovação na história do materialismo dialético, a Nova Esquerda. Os historiadores ligados a essa tendência não negam o legado marxista, mas acolhem com mais simpatia os elementos culturais em suas análises das sociedades do passado.